



ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE DE CULTURA SUPERIOR – SOCULTURAS
INSTITUTO CATÓLICO DE ESTUDOS SUPERIORES DO PIAUÍ
Recredenciado pela portaria do Ministério da Educação nº1.520, publicado no D.O.U. em 26 de dezembro de 2016

ISSN – 2317-2487

Θ ϕ

REVISTA

TEÓFILO

LUMEN GENTIUM: LUZES PARA UMA NOVA ECLESIOLOGIA

Igor Etevan Torres Almeida*

Atravessados cinquenta anos da conclusão do Concílio Vaticano II, a Igreja é convidada a revisitar o espírito do Concílio e a fazer rigorosa avaliação dos avanços e retrocessos que este meio século representou. Não obstante haja consenso de que pelo menos cem anos são necessários para a justa assimilação do conteúdo de um concílio ecumênico, não pode a comunidade eclesial deixar à força do tempo a missão de avançar decididamente nessa tarefa.

Tal empenho passa pela avaliação de si mesma, isto é, de sua autocompreensão, profundamente reformada pelos Padres conciliares, cujo esforço culminou na Constituição dogmática *Lumen Gentium*. Neste trabalho, é nosso desejo recompor o cenário histórico e teológico que, no ambiente do Concílio Vaticano II, motivou as reflexões propostas pela *Lumen Gentium*, enfatizando seu valor quanto ao *aggiornamento* da eclesiologia.

1 O CONCÍLIO EMERGE NA HISTÓRIA

“O anúncio do Concílio Vaticano II foi inesperado, principalmente ao passar os olhos pelos acontecimentos históricos precedentes” (SOUSA, 2016). O Papa Pio X (1903-1914) promoveu na Igreja renovações *ad intra*, com preocupação pela formação seminarística e catequética, regularidade da eucaristia e questão litúrgica; e controversas atitudes *ad extra*, rejeitando tendências democráticas na política, tomando posição contra os sindicatos cristãos, reforçando a condenação ao modernismo e criticando a teologia reformista de exegetas e historiadores, sobretudo.

O sucessor, Bento XV (1914-1922) não obteve sucesso na tentativa de mediação da Primeira Grande Guerra e assistiu, a partir desta, a uma revolução global que, na Europa, representava uma mudança de paradigma: do colonialista, imperialista e capitalista ao novo da pós-modernidade, global, policêntrico e de orientação ecumênica. Pio XI (1922-1939), no

* Licenciado em Filosofia e bacharelado em teologia pelo Instituto Católico de Estudos Superiores do Piauí – ICESPI. Endereço eletrônico: igor903@hotmail.com

período entre guerras, tumultuado pela ascensão de regimes totalitários como fascismo, nazismo e stalinismo, sofreu pressionamentos históricos, de que são testemunhas os Pactos Lateranenses, de 1929, e as encíclicas de posicionamento político-social na década de 1930. Importante instrumento do seu pontificado e inicialmente destinada apenas a cooperar com o braço da hierarquia, a Ação Católica motivou a atuação do laicato no mundo, envolvendo-o no drama das questões modernas, sobretudo pelas associações juvenis e de operários.

Pio XII (1939-1958) herdou de seu antecessor uma Igreja fortemente centralizada. Viveu entre extremos, com posições autoritárias — a dura rejeição da infiltração das novas doutrinas na teologia católica, por exemplo — e, ao mesmo tempo, cômico da “profunda intuição das radicais mudanças que se anunciavam no mundo e da necessidade, por parte da Igreja, de não perder o contato vital com essa realidade” (SOUSA, 2016). A sua atitude parecia tender a uma exagerada prudência. Sofria grande influência de uma cúria retrógrada, que atuou indiretamente na censura seja da experiência dos padres operários franceses, seja da renovada pesquisa teológica, na qual destacava-se o jesuíta Teilhard de Chardin. Contudo, o reflorescimento do pensamento teológico, com ênfase nos movimentos de redescoberta da exegese e da patrística e de renovação da liturgia, continuava em pleno vigor.

A eleição de João XXIII (1958-1963) para a cátedra de Pedro parecia uma estratégia de transição, a partir de um acordo entre conservadores e progressistas. A idade avançada e o anonimato geravam conjecturas pouco otimistas. Todavia, a “jovialidade” incomum do Papa bergamasco mostrou-se quando, em janeiro de 1959, anunciou seu projeto de convocação de um Concílio. É verdade que se cogitava a continuação dos trabalhos do Concílio Vaticano I, mas não uma convocação sob aquelas circunstâncias. Principalmente se considerarmos o espírito incomum de João XXIII, cuja sensível bondade sobrepôs-se rapidamente à figura de seus últimos antecessores, e para quem:

Era necessário limpar a atmosfera de mal-entendidos, de desconfiança e de inimizade, que durante séculos tinha obscurecido o diálogo entre a Igreja Católica e outras Igrejas cristãs. A mais importante contribuição para a unidade, por parte da Igreja, e tarefa essencial do concílio seria o trabalho mencionado por João XXIII, *aggiornamento*. Uma atualização da Igreja, de inserção no mundo moderno, onde o cristianismo deveria fazer-se presente e atuante. O ponto fundamental de seus discursos estava no fato de explicitar com clareza as falhas da Igreja e insistir na necessidade de profundas mudanças. (SOUSA, 2016).

Estava claro, embora ainda se percebesse grande resistência nesta direção, que a Igreja não se concentraria em verdades dogmáticas, como no Vaticano I. Antes, tomaria pulso da situação em vista de traçar um perfil diferenciado diante do mundo moderno. A intenção do papa também era clara: a assembleia conciliar não se deteria numa agenda ditada pela cúria. Através de consultas ao episcopado mundial e às universidades católicas, mais de duas mil respostas chegaram a Roma. A Igreja ousou olhar para o seu passado, refletir e criar uma relação nova com o presente. Tanto o diálogo quanto os frutos que ela gerou continuam amadurecendo.

2 POR UMA NOVA ECLESIOLOGIA

Para entender a *Lumen Gentium* e seu profundo conteúdo reformador, além do recurso ao contexto histórico-eclesial, é necessário retomar a teologia da Igreja subjacente a ele. Voltaremos, portanto, ao tempo do Concílio Vaticano II e ao debate eclesiológico dominante na época.

Trata-se de uma teologia romana, reforçada pelo Concílio de Trento, no espírito da Contrarreforma. Baseava-se na centralização administrativa do corpo eclesial, entendido como *sociedade perfeita*, e definiu, por isso, a uniformização da liturgia e do catecismo. Comblin (2010) aponta como fundamentos dessa eclesiologia:

1. A Igreja é uma sociedade organizada, uma instituição fundada por Jesus que se impõe à humanidade sem que esta possa mudá-la em nada. Supõe-se que Jesus fundou a instituição com todas as suas estruturas. Tudo o que constitui a instituição viria de Jesus ou dos delegados escolhidos por ele. Os cristãos dependem totalmente da instituição e, diante dela, são receptores passivos. [...]
2. A Igreja e o mundo são duas entidades distintas, que existem separadamente, embora haja relações entre si. A Igreja não pertence ao mundo, não tem nada que ver com os pecados do mundo, não tem nenhuma responsabilidade. O mundo é pecador e a Igreja é santa. [...] A Igreja ensina ao mundo, mostra o caminho, revela a verdade. Denuncia o pecado do mundo, exorta para a conversão, sempre como quem está na parte de fora: fala aos outros, mas não a si mesma.

Justo essa concepção, justificada pela escolástica, desafiou o Concílio Vaticano II. Desde o início, estava claro que a assembleia conciliar queria reservar ao tema da Igreja um lugar proeminente nas discussões. Grande número de intervenções, entretanto, lançaram enraizadas críticas ao esquema proposto por uma comissão presidida pelo cardeal romano Ottaviani. O tom excessivamente unilateral, jurídico e apologético contrastava nitidamente com o anseio de boa parte dos Padres conciliares. O bispo Dom Gérard Huygue, em um

pronunciamento, sintetizou bem a nova direção que se impunha à eclesiologia conciliar: “A verdade é que, se muitos se opõem à Igreja, isto deriva do nosso modo de propô-la e, nisso, todos temos errado. O mundo de hoje espera o que a Igreja, reunida em Concílio, dirá de si mesma” (*Acta Synodalia*, I IV, 1970-1971, 195-196).

Contra a repetitividade dos que defendiam o esquema, emergia a vivacidade dos críticos. “Muitos deles apontavam a necessidade de dar-lhe um centro inspirador que sobretudo se reconhecesse na dimensão misteriosa da vida íntima da Igreja (...) seria preciso evitar a linguagem que a encerre dentro dos limites da compreensibilidade corrompendo-a” (ALBERIGO; BEOZZO, 1999, p. 304). O apelo pela centralidade da dimensão de mistério e a insistência de outro grupo acerca da perspectiva missionária desenvolveram a harmônica conexão entre o mistério de Cristo e a Igreja como sacramento.

O cardeal Julius Döpfner sugeriu, dentro de um novo plano, a inclusão de um capítulo prévio sobre a categoria *povo de Deus*, noção fundamental para a compreensão da comunidade dos que creem. De fato, argumentada a origem da Igreja a partir do mistério da Trindade e da encarnação do Filho de Deus, convinha demonstrar também que ela é construída na história humana e se estende a toda a humanidade. Na concreção da Igreja está o povo de Deus, cuja inspiração bíblica e abrangente valor teológico fizeram um conceito-chave para a nova eclesiologia da *Lumen Gentium*.

3 SÍNTESE ECLESIOLÓGICA DA *LUMEN GENTIUM*

O *Dicionário do Concílio Vaticano II* (2015), no verbete *Lumen Gentium*, oferece uma síntese crítica da virada eclesiológica que julgamos conveniente seguir. Sejam as categorias privilegiadas no trabalho de redação, seja a ordenação do esquema aprovado pelos Padres conciliares, todo o documento indica uma renovada autocompreensão eclesial gestada na “primavera” do Concílio.

A *Lumen Gentium* contempla a Igreja sob os aspectos de: *mistério*, qual desígnio salvífico do Pai realizado no dom do Filho e do Espírito, na plenitude dos tempos; *povo de Deus*, como a expressão histórico-social do mistério de comunhão alimentado por Deus pela Palavra e nos Sacramentos; *comunhão hierárquica*, na qual os sucessores dos Apóstolos e os leigos, por ministérios e carismas diversos, servem à missão de Cristo; *santa*, porque repleta do Espírito divino; *figura escatológica*, que caminha, na esperança da glória dos céus.

O texto final da constituição dogmática sobre a Igreja organiza-se em oito capítulos e 69 números. De acordo com Philips, seu principal redator, não obstante as revisões da discussão conciliar, os oito capítulos podem ser agrupados em quatro duplas, conforme o tema. A primeira dupla elabora o conteúdo próprio do mistério da Igreja: a essência transcendente (Cap. 1 / *O mistério da Igreja*) e sua expressão histórica e social (Cap. 2 / *O povo de Deus*). A segunda ocupa-se da estrutura viva do corpo eclesial: os pastores, configurados a Cristo Cabeça-Servo-Pastor (Cap. 3 / *A constituição hierárquica da Igreja, sobretudo os bispos*), e os leigos, operários da inserção da Igreja no mundo (Cap. 4 / *Os leigos*). Na terceira dupla de capítulos, o tema é a missão própria da Igreja, com atenção à finalidade transcendente da santidade (Cap. 5 / *Vocação universal à santidade*) e ao empenho-símbolo dos religiosos neste âmbito (Cap. 6 / *Os religiosos*). Por fim, a quarta dupla interessa-se pela glorificação final e eterna da Igreja, no modelo vivo dos santos (Cap. 7 / *Índole escatológica da Igreja peregrina*) e da Virgem Maria (Cap. 8 / *A Bem-aventurada Virgem Maria, mãe de Deus, no mistério de Cristo e da Igreja*).

A LG mostra-se, neste sentido, como que atravessada por um movimento de saída (*exitus*), que da Trindade Santa “desce” ao mundo histórico (mistério – povo de Deus), toma forma social na estrutura da Igreja (hierarquia – laicato), acolhe a santidade e empenha-se em vivê-la até por compromissos públicos e solenes (vocação universal à santidade – religiosos); e por um movimento de volta (*reditus*), que da pátria terra, “já” definitivamente marcada pela graça salvadora de Cristo, cujo ícone humano é a Virgem Santíssima (índole escatológica – Maria) “sobe” à plenitude da consumação na pátria eterna. (ALMEIDA, 2015, p. 571-572)

Uma exposição que está no centro do Concílio. Na qualidade de constituição dogmática, ao lado da *Dei Verbum*, reveste-se da solene autoridade magisterial e constitui-se, não por acaso, uma referência contínua aos demais documentos. Está marcada por uma intertextualidade comparável apenas à da *Gaudium et Spes*. Não poderia dizer tudo do mistério da Igreja, certamente, mas cumpre o dever de iluminar o amplo projeto eclesial inaugurado no Concílio Vaticano II. Por outro lado, concorda substancialmente com todo o ensinamento conciliar, sobretudo com aquele mais íntimo à sua dimensão de mistério (*Dei Verbum* e *Sacrosanctum Concilium*).

O próprio título, *Luz das nações*, marca um particular da nova eclesiologia. Não se aplica diretamente à Igreja, mas a Cristo, cuja luz reflete-se no rosto da Igreja. Enquanto ao Filho de Deus convém a imagem do sol, à Igreja cabe a figura modesta e não menos significativa da lua: subordinada ao mandato divino e, por isso, iluminada por ele. Passa-se do

eclesiocentrismo, dominante no Vaticano I, ao teocentrismo trinitário, radicado no mistério de Cristo e no seu projeto de salvação (portanto, também antropocentrismo).

Em suma, a Igreja entende-se a partir da *Lumen Gentium*, o sacramento da salvação para a comunidade de todos os homens e mulheres, desejado com amor pelo Pai, através do Filho encarnado e glorioso e realizado no Espírito Santo.

REFERÊNCIAS

ALBERIGO, Giuseppe; BEOZZO, José Oscar. *História do Concílio Vaticano II: Vol. II: a formação da consciência conciliar. O primeiro período e a primeira intersessão*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

ALMEIDA, Antônio José de. *Lumen Gentium*. In: PASSOS, João Décio; SANCHEZ, Wagner Lopes. *Dicionário do Concílio Vaticano II*. São Paulo: Paulus, 2015.

COMBLIN, José. *A mensagem da Lumen Gentium* (Capítulos 1 e 2). Disponível em: <<http://www.vidapastoral.com.br/artigos/documentos-e-concilios/a-mensagem-da-lumen-gentium-capitulos-1-e-2/>>. Acesso em: 10 nov 2016.

CONSTITUIÇÃO DOGMÁTICA *LUMEN GENTIUM*. *Documento do Concílio Vaticano II*. São Paulo: Paulus, 1997.

SOUSA, Ney de. *Contexto e desenvolvimento histórico do Concílio Vaticano II*. Disponível em: <http://ciberteologia.paulinas.org.br/ciberteologia/wp-content/uploads/2009/05/contexto_desenvolvimento.pdf>. Acesso em: 10 nov 2016.